

O primeiro manual de Educação Comparada do Brasil

Eduardo Peroli Jr.^I  

Resumo

Este artigo analisa o primeiro manual de Educação Comparada escrito no Brasil. Intitulado Educação Comparada: Tendências e Organizações Escolares, foi publicado em 1938 pela Companhia Editora Nacional e escrito por Milton Camargo da Silva Rodrigues, professor da Universidade de São Paulo. À época, o manual estabeleceu uma forma de pensar o ensino e a aprendizagem em Educação Comparada, integrando pela primeira vez a disciplina aos currículos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Incorporando elementos do “código disciplinar” (Cuesta Fernández), a obra privilegiou dados estatísticos de sistemas educacionais nacionais específicos e fundamentou-se em tratados internacionais. Desde então, a Educação Comparada passou a integrar os currículos universitários, contribuindo para a formação de professores e administradores escolares. O manual analisado estabeleceu uma forma de conceber e organizar estudos comparativos no país, e o presente estudo busca contribuir para o debate sobre o lugar da Educação Comparada na formação docente. O estudo contribui para a historiografia da Educação Comparada no Brasil ao evidenciar o papel dos manuais na institucionalização do campo e ao problematizar seus fundamentos epistemológicos.

Palavras-chave: Educação Comparada; formação de professores; história da educação; manuais educacionais; currículo.

I. Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Diretor Pedagógico da Escola Lumiar, São Paulo, Brasil. E-mail: e.peroli@gmail.com

The first Comparative Education manual in Brazil

Abstract

This article analyzes the first manual of Comparative Education written in Brazil. Entitled *Comparative Education: Trends and School Organizations*, it was published in 1938 by Companhia Editora Nacional and written by Milton Camargo da Silva Rodrigues, a professor at the University of São Paulo. At the time, the manual established a way of thinking about teaching and learning in Comparative Education, integrating the discipline for the first time into the curricula of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters. Incorporating elements of the discipline's "disciplinary code" (Cuesta Fernández), the manual focused on statistical data from specific national education systems and was grounded in international treaties. Since then, Comparative Education has been part of university curricula in efforts to train primary and secondary school teachers as well as educational administrators. The manual under discussion established a way of conceiving and organizing comparative studies in the country, and the present study seeks to contribute to debates on the place of Comparative Education in teacher education. The study contributes to the historiography of Comparative Education in Brazil by highlighting the role of early manuals in the institutionalization of the field and by problematizing its epistemological foundations.

Keywords: Comparative Education; teacher education; history of education; educational manuals; curriculum.



El primer manual de Educación Comparada en Brasil

Resumen

Este artículo analiza el primer manual de Educación Comparada escrito en Brasil. Titulado *Educación Comparada: Tendencias y Organizaciones Escolares*, fue publicado en 1938 por la Companhia Editora Nacional y escrito por Milton Camargo da Silva Rodrigues, profesor de la Universidad de São Paulo. En su momento, el manual estableció una forma de pensar la enseñanza y el aprendizaje en Educación Comparada, integrando por primera vez la disciplina en los planes de estudio de la Facultad de Filosofía, Ciencias y Letras. Incorporando elementos del “código disciplinar” (Cuesta Fernández), la obra privilegió datos estadísticos de sistemas educativos nacionales específicos y se basó en tratados internacionales. Desde entonces, la Educación Comparada pasó a formar parte de los currículos universitarios, contribuyendo a la formación de docentes y administradores escolares. El manual analizado estableció una forma de concebir y organizar estudios comparativos en el país, y el presente estudio busca contribuir al debate sobre el lugar de la Educación Comparada en la formación docente. El estudio contribuye a la historiografía de la Educación Comparada en Brasil al evidenciar el papel de los manuales en la institucionalización del campo y al problematizar sus fundamentos epistemológicos.

Palabras clave: Educación Comparada; formación de profesores; historia de la educación; manuales educativos; currículo.



Introdução

A Educação Comparada consolidou-se, ao longo do século XX, como um campo relevante para a compreensão dos sistemas educacionais e para a formação de professores, articulando análises de diferentes contextos nacionais e contribuindo para a circulação internacional de modelos pedagógicos. No Brasil, sua inserção nos currículos de formação docente esteve associada a processos mais amplos de institucionalização das ciências da educação, especialmente a partir da criação das Faculdades de Filosofia.

O presente artigo apresenta a análise do primeiro manual de Educação Comparada publicado no Brasil, intitulado *Educação Comparada: Tendências e Organizações Escolares*, de autoria de Milton Camargo da Silva Rodrigues. O estudo tem como objetivo analisar como a Educação Comparada se constituiu enquanto espaço de formação de professores, desde seu primeiro aparecimento nos currículos da Universidade de São Paulo, tomando como objeto e fonte o manual elaborado pelo professor responsável pela disciplina no contexto inicial de sua institucionalização. A pesquisa orienta-se por questões que buscam compreender a constituição desse campo de estudos: o que se ensinava em Educação Comparada? Quais conteúdos eram mobilizados? Quais eram as condições de produção desses materiais? Quem os escrevia, o que se escrevia e com que finalidades?

O estudo justifica-se pela ainda limitada atenção dedicada à análise de manuais na historiografia da Educação Comparada no Brasil, especialmente no que se refere ao seu papel na organização e sistematização do campo. Parte-se da hipótese de que esses materiais desempenham função central na constituição das disciplinas escolares, ao organizar saberes, métodos e finalidades. O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, discute-se a constituição da Educação Comparada como disciplina e sua relação com a formação docente; em seguida, apresenta-se o percurso metodológico;



posteriormente, realiza-se a análise do manual; por fim, são apresentadas as considerações finais.

Educação Comparada como disciplina: fundamentos e formação docente

Schriewer (1992) assinala que “para se tornar verdadeiramente comparativa, a Ciência da Educação Comparada não pode evitar ser mais teórica, até mesmo mais esotérica, e afastar-se da resolução prática de problemas”. Nesse sentido, o autor aponta a necessidade de enfatizar a pesquisa e o trabalho científico em detrimento das iniciativas políticas no campo educacional. Tal perspectiva permite reencontrar o projeto inicial da Educação Comparada, tal como foi formulado por seu fundador Marc-Antoine Jullien de Paris no início do século XIX (Nóvoa, 2009, p. 25).

Para discutir a Educação Comparada enquanto matéria de ensino, a primeira pergunta que devemos fazer é: o que constitui uma disciplina escolar? Segundo Chervel (1990), os conteúdos de ensino, os programas e as características dadas pelas leis e pela legislação são pontos cruciais para a construção das disciplinas escolares, já que a construção do percurso da história de uma disciplina escolar pode remeter a outros aspectos para além dos programas, uma vez que estes apenas prescrevem o que deveria ser ensinado. Portanto, a partir dos manuais, podemos observar os conteúdos de ensino a serem tratados em sala e, assim, traçar a história e a construção da disciplina escolar em um nível mais complexo, que ultrapassa a análise de documentos oficiais.

Determinar como se constrói a estrutura da história dos conteúdos é um desafio, uma vez que é necessário identificar historicamente como se deram mudanças, inovações e permanências dentro de um sistema de ensino. Por meio de seus conteúdos, os manuais permitem compreender como a disciplina era organizada e como se pretendia ensiná-la em sala de aula. As disciplinas recriavam discursos a partir de uma “liberdade teórica de criação disciplinar”



(Chervel, 1990, p. 192), em consonância com a liberdade pedagógica de suas instituições e com seus programas e conteúdos previstos.

A formação do discurso da Educação Comparada colocou a disciplina em uma posição vantajosa e chamou a atenção para a interação entre teorias e métodos, permitindo a troca de experiências e visões. Isso possibilita análises não apenas das mudanças teóricas que fundamentam a área, mas também de suas consequências metodológicas. Segundo Schriewer (1992), essa posição permite realizar análises que confrontam questões teóricas e metodológicas desenvolvidas ao longo da história da Educação Comparada, trazendo resultados de investigações sociais que valorizam paradigmas alternativos e evidenciam disputas no interior do campo.

Fernández (1997, p. 8) apresenta o conceito de código disciplinar, central para a construção de uma disciplina escolar. Esse código é compreendido como “uma tradição social configurada historicamente composta por um conjunto de ideias, valores, suposições e rotinas que legitimam a função educativa” atribuída a uma disciplina. Ele orienta o trabalho docente e é constituído pelo discurso sobre o valor educativo da disciplina, pelos conteúdos de ensino e pelos referenciais considerados fundadores de suas práticas pedagógicas.

Podemos perguntar: por que ensinar Educação Comparada ou como se ensina Educação Comparada? Essas são questões complexas, sem respostas unívocas, uma vez que o código disciplinar da área se transforma ao longo do tempo. Cervi (1986), entretanto, oferece uma reflexão relevante ao apontar que o “substrato formativo” dos professores deve ampliar a capacidade analítica e favorecer tanto o rigor científico quanto a intervenção crítica nas práticas educacionais, dimensões amplamente reconhecidas na literatura da área.

Nesse sentido, a reflexão proposta por José Querino Ribeiro (1955) acerca do “problema fundamental da educação comparada” contribui para compreender os desafios epistemológicos do campo, especialmente no que se refere à definição de seu objeto, método e finalidades. Tal debate reforça a



complexidade da área e ajuda a situar as diferentes abordagens que marcaram sua consolidação.

Além disso, Robinsohn (1971), em artigo sobre a relevância da Educação Comparada na formação de professores, apresenta cinco princípios centrais: a possibilidade de alcançar explicações gerais por meio da comparação; a valorização de experiências nacionais ou regionais; a compreensão das mudanças e alternativas políticas; o valor prático da disciplina quando utilizada criticamente; e sua função heurística na identificação de novas possibilidades educativas.

Nesse contexto, destaca-se a influência da obra *Comparative Education* (1933), de Isaac Kandel, que estabeleceu um marco teórico-metodológico fundamental para o campo. Ao privilegiar uma abordagem histórico-social e interpretativa dos sistemas educacionais, Kandel contribuiu para a consolidação de um modelo analítico que ultrapassa descrições meramente estatísticas, perspectiva que pode ser observada, ainda que de forma particular, na obra de Milton Camargo da Silva Rodrigues.

A institucionalização da Educação Comparada na Universidade de São Paulo

A inserção da disciplina na legislação (Fernández, 1997) constitui um ponto fundamental para o reconhecimento de uma disciplina escolar. No caso da Educação Comparada, sua presença é registrada pela primeira vez em 1932, por intervenção de Anísio Teixeira, sendo posteriormente “ratificada como exigência curricular na Seção de Pedagogia da Faculdade Nacional de Filosofia em 1939” (Cervi, 1986, p. 35).

É importante considerar o processo histórico pelo qual a Educação Comparada se consolida na Universidade de São Paulo. Segundo Bontempi Junior (2001), a instituição foi pioneira na formação de professores e dirigentes educacionais em nível superior no Brasil, sendo também o espaço em que



se organizou a primeira experiência sistemática de ensino da disciplina, sob responsabilidade de Milton Camargo da Silva Rodrigues, em 1938.

Em 1938, o Instituto de Educação foi incorporado à então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, passando a integrar a Seção de Pedagogia. Santos (2015) descreve o processo de constituição da Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, indicando que Milton Rodrigues era responsável pelas cadeiras de Estatística Educacional e Educação Comparada, além de Administração Escolar e Legislação do Ensino. Com a reorganização institucional de 1940, optou por permanecer na cadeira de Estatística Educacional, mantendo-se, entretanto, como interino na cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada até 1944.

Método de produção da pesquisa

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa documental, de natureza historiográfica, centrada na análise de fonte primária. O corpus da investigação é constituído pelo manual Educação Comparada: Tendências e Organizações Escolares, publicado em 1938 por Milton Camargo da Silva Rodrigues.

A análise fundamenta-se na perspectiva da História das Disciplinas Escolares, com base no conceito de código disciplinar (Fernández, 1997), buscando compreender os modos de organização, seleção e sistematização do conhecimento presentes na obra.

Os procedimentos metodológicos envolveram a leitura analítica do manual, a identificação de categorias de análise — como a organização dos sistemas educacionais, o uso de dados estatísticos, as referências internacionais e a estruturação do discurso pedagógico — e a interpretação dos dados à luz da literatura da área.

Trata-se, portanto, de uma investigação qualitativa, que busca compreender a constituição histórica da Educação Comparada no Brasil a partir de uma de suas primeiras sistematizações.



Milton Camargo da Silva Rodrigues: Um Pioneiro

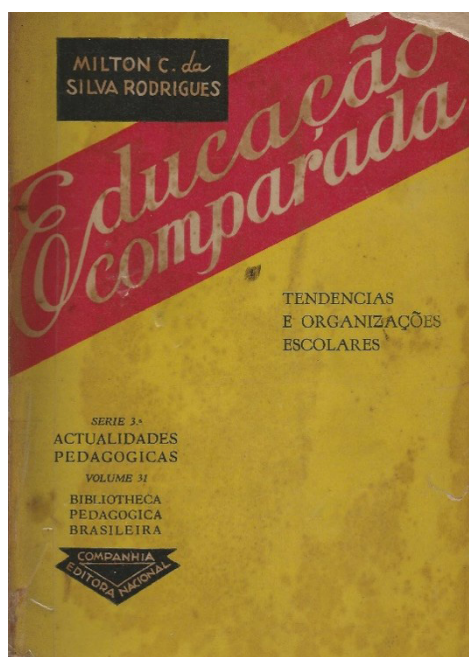
Destacar os principais desafios da década de 1930 significa contextualizar o momento histórico no qual o professor Milton Rodrigues inicia sua carreira na então Escola Normal Caetano de Campos. Após a integração do Instituto à Universidade de São Paulo, em 1935, Milton Rodrigues foi nomeado como representante da 5ª cátedra, de Educação Comparada combinada à Estatística (Cervi, 1986).

Paulistano, nasceu aos 20 de novembro de 1904. Engenheiro Civil, diplomado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro, também estudou no exterior: *'Inferência Estatística'* e *'Análise de variância'*, no departamento de Estatística e Matemática, da Universidade de Columbia, Nova York, em 1944; *'Teoria das Amostras'* e *'Teoria e prática de Amostras'*, como bolsista, nos cursos de estatística superior, da *United States Department of Agriculture Graduate School*, em Washington D.C., 1945 (Costa, 2011, p. 9)

Percebemos que a formação inicial daquele que é considerado um dos responsáveis pela institucionalização da Educação Comparada na Universidade de São Paulo não passa diretamente pela área da Educação, mas pela Engenharia e pela Estatística.

Embora Milton Camargo da Silva Rodrigues tenha desempenhado papel central na institucionalização da Educação Comparada na Universidade de São Paulo, especialmente com a introdução da disciplina e a publicação do primeiro manual da área no país, a literatura especializada reconhece Manoel Bergström Lourenço Filho como um dos principais pioneiros da Educação Comparada no Brasil, sobretudo por sua atuação na sistematização e difusão do campo em âmbito nacional.



Figura 1 - Capa do manual “Educação Comparada: Tendências e Organizações Escolares”.

Fonte: Rodrigues (1938).

O manual é organizado em três partes, e antes temos uma Introdução, onde o autor deixa claro quais são as bases dos estudos comparados em educação e como a Educação Comparada se organiza no Brasil e no mundo. Dentre outras informações, o autor trata a disciplina dependente de quatro fatores: i) fatores mesológicos (meio geográfico, meio social na atualidade e meio social na evolução histórica; ii) as doutrinas filosófico-educacionais; iii) o temperamento nacional e iv) o progresso científico. Não apenas pelo título, mas também pelo texto, é possível perceber um reconhecimento da Educação Comparada como uma ciência e como uma disciplina, como colocado pelo autor com “falta de uma definição precisa” (Rodrigues, 1938, p. ix), já que estava no início de seus estudos no Brasil.

A primeira parte do manual, que compreende cinco capítulos, apresenta as bases e os fins da educação em cinco países: Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos. O autor buscou nesta parte do manual uma espécie de texto descritivo-introdutório sobre esses cinco sistemas de educação para que o leitor tivesse, minimamente, condições de acompanhar as análises e os



dados estatísticos apresentados na segunda parte do texto. Percebemos nessa segunda parte do texto uma preocupação grande em apresentar dados para que o leitor conhecesse, nem que seja, superficialmente, para que o leitor os compreendesse mais adiante no texto e, ao final do manual, pudesse compará-los com o Brasil.

A segunda parte, com seis capítulos, traz dados e análises sobre esses cinco países e seus sistemas, sendo que cada capítulo é dedicado a um país e dividido em três temas: i) histórico; ii) organização e iii) administração dos sistemas educacionais de cada um dos países apresentados. O primeiro capítulo dessa parte é intitulado “Introdução” e traz breves esclarecimentos acerca de alguns conceitos sobre organizações escolares como: sistematização, nacionalização, estrutura, tendências, problemas e administração escolar, para que assim o leitor possa acompanhar as análises com mais precisão.

Por fim, a terceira parte do texto, que compreende quatro capítulos, é dedicada ao Brasil, trazendo, basicamente a mesma estrutura dos capítulos anteriores dedicados aos outros países; uma pequena diferença está em uma pequena introdução apresentada chamada: “O povo e sua índole” que busca apresentar aspectos culturais e sociais da sociedade brasileira e, principalmente, diferenciá-la das outras nações analisadas, outra particularidade desta parte é que, quando o autor analisa a administração do sistema escolar brasileiro, ele assinala que examinará, além do âmbito federal, também dados relativos ao sistema do estado de São Paulo.

O prefácio desse manual nos revela características interessantes sobre o estado da Educação Comparada no Brasil nas décadas de 1930 e 1940, como as listadas abaixo. O autor denomina o manual como um “compêndio de Educação Comparada” (Rodrigues, 1938, p. xi), destacando que a função do mesmo seria introduzir um assunto que mais tarde todos poderão se aprofundar, já que ele mesmo diz que há pouquíssimos manuais de Educação Comparada publicados no Brasil e no mundo, citando alguns exemplos ingleses e alemães, que ele considera primordiais nos estudos comparativos em Educação. O autor também



coloca que, mesmo sendo professor do curso de Educação Comparada da Universidade de São Paulo, seu manual não é uma substituição de seu curso, pois apresenta análises e dados importantes para análises mais complexas.

Além disso, em seu prefácio, Rodrigues nos apresenta um pouco mais do *status* da Educação Comparada na época em que escreve seu manual: não há manuais brasileiros sobre o tema; não há uma definição precisa sobre o que é ou como se faz Educação Comparada; há muitas monografias que utilizam os estudos comparados como base, mas, segundo o autor, elas apenas fazem descrições indiferentes dos sistemas, criticando-os e buscando apenas melhorias para o sistema brasileiro e por fim, a afirmação de que a Educação Comparada é orgânica e sistemática.

Pela análise dos dados apresentados acima, percebe-se que o autor tem uma preocupação em fazer com que a Educação Comparada fortaleça seu *status* disciplinar, ou seja, há um esforço de reformar conceitos e relações da disciplina com a educação, não se limitando somente à interpretação de dados para a transposição de conceitos a realidade distintas, mas entender questões sociais, geográficas e culturais para que a Educação Comparada possa ser uma ciência que busque reformar a educação através de propostas e relações sistemáticas entre diferentes nações.

Estatística versus Meliorismo

Na introdução do manual aqui em estudo, Milton Rodrigues trouxe uma definição do que é a Educação Comparada como “a história contemporânea da educação” (Rodrigues, 1938, p. 1), reconhecendo que é uma definição simples e ampla, mas proposital uma vez que o autor já nos apresenta, desde o prefácio, a ideia de que a Educação Comparada é um campo e uma disciplina de difícil definição, desde seu objeto ao seu método.

Se bem que simples, esta definição possui o dom de levantar imediatamente uma quantidade de dúvidas. Dúvidas de método e dúvidas de objeto. Todos nós sabemos que na própria história geral, dois métodos há muito se defrontam e se combatem. [...] A mesma



duplicidade de métodos pode existir em educação comparada (Rodrigues, 1938, p. 1)

Estes dois métodos da Educação Comparada propostos por Rodrigues (1938) dizem respeito a: i) contar a história como um relato “fiel e seco”, a partir do confronto entre fatos históricos e condições geográficas e ii) relacionar, descrever e sistematizar dados e também criticar fatos. O autor aponta que se ocupará do segundo método, porém com uma restrição: ele argumenta que não fará a crítica aos fatos, uma vez que a área que deve se ocupar disso é a filosofia da educação, ao discutir ideias e ideologias.

Milton Rodrigues também discute os objetivos da Educação Comparada como o estudo das instituições educativas contemporâneas e não as suas doutrinas ou ideologias, ou seja, percebemos que, durante a análise dos sistemas educacionais que se seguem nos capítulos seguintes, o autor trabalha essencialmente com dados estatísticos e descrições dos sistemas educacionais sem questionar quais são os princípios filosóficos, pedagógicos ou teóricos que embasam as decisões, legislações e imperativos de cada um dos países. Ao destacar as finalidades da Educação Comparada, temos a seguinte colocação “As questões tais como as que acima enunciamos a Educação Comparada não responde com um imperativo; não diz se a solução *deve* ser esta ou aquela; diz apenas: em tal país a solução é esta” (Rodrigues, 1938, p. 4)

Essas afirmações entram em confronto com uma tendência da Educação Comparada que era uma das mais reconhecidas na época pelo mundo: a perspectiva *Meliorista*, que, desde Marc-Antoine Jullien de Paris (1817) é um dos pontos norteadores para a concepção da Educação Comparada. A análise do manual de Milton Rodrigues nos permite observar um afastamento desta tendência, já que ele não cita, em nenhum momento, uma busca, em sistemas internacionais, por modelos ou resultados melhores para o sistema escolar brasileiro. Milton Rodrigues cita diferenças, semelhanças e aproximações, mas não como referências, ele, inclusive, apresentava a ideia de uma análise



isolada de sistemas, para que fossem entendidos em sua integralidade e sua complexidade.

Notamos então, uma negação de Rodrigues (1938) aos imperativos de mudança buscados no exterior, ou seja, no manual aqui analisado, os dados não são apresentados para uma busca de aprimoramento de sistemas e organizações educacionais no Brasil, mas para que, a partir da análise de diferentes sistemas, o leitor possa entender o que é adequado a cada país a partir de sua estrutura interna em diversos aspectos, como: i) fatores mesológicos, como o meio geográfico e social na atualidade e o meio social histórico; ii) as doutrinas filosóficas; iii) o temperamento nacional, a partir de questões nacionais e culturais de cada país e iv) o progresso científico.

Observa-se, portanto, uma preocupação em analisar dados sem uma perspectiva meliorista, privilegiando a análise estatística para entender como funcionam esses sistemas e organizações, sem ter uma visão de realocar esses modelos em outros países, principalmente, no Brasil.

Segundo Faria Filho, Neves e Caldeira (2005), a estatística, quando aliada à educação, permite analisar quatro processos: i) conhecer as relações sociais a partir da matematização dos dados; ii) representar a realidade a partir de ferramentas de controle sobre os rumos da história; iii) classificar e categorizar os resultados e iv) ler a sociedade e a sua visão de mundo. Milton Rodrigues conseguiu analisar seus dados por meio do percurso de leitura proposto em seu manual, já que, ao apresentar dados dos sistemas e da administração escolar de diversos países, aliados à sua história geral e escolar, categorizou resultados através de tabelas que permitiram com que ele classificasse os níveis e as relações pedagógicas presentes em cada país, fazendo com que, enfim, ele apresentasse qual é a visão de mundo, através da constituição dos povos de cada país, para a educação em cada Estado-Nação apresentado.

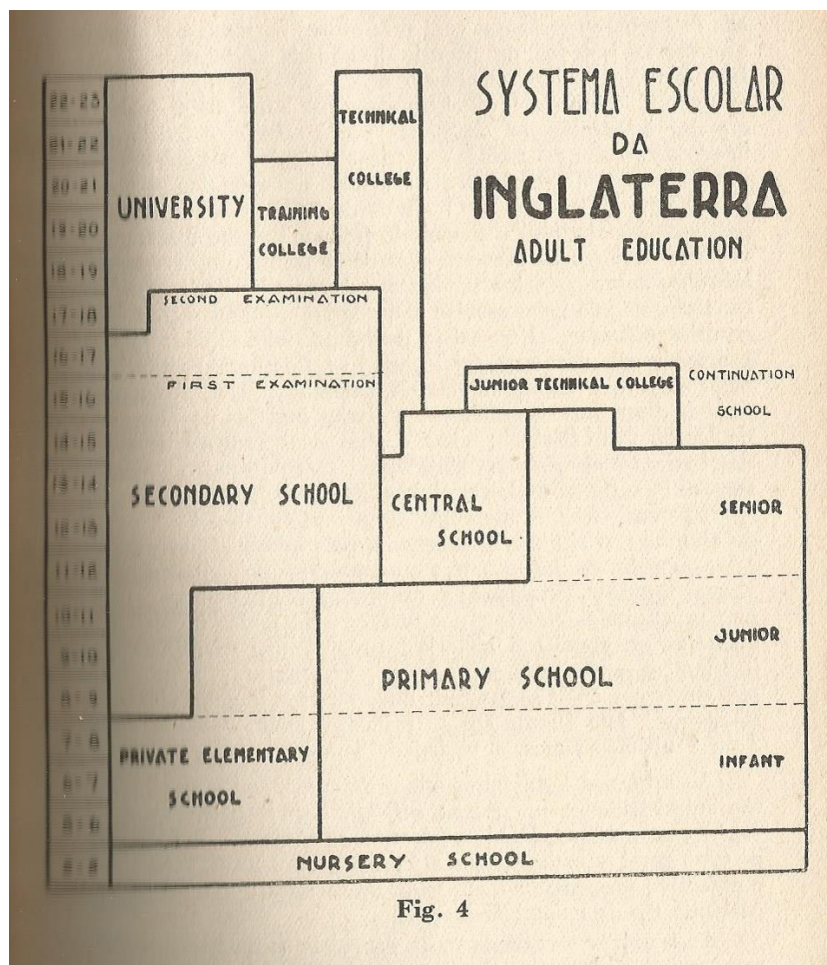
A seguir, veremos como o que fora citado acima se manifesta na escrita de Milton Rodrigues (1938) durante a análise das organizações de ensino dos países selecionados. Na segunda parte do manual, são apresentados três aspectos de



cada organização: histórico, organização e administração, revelando dados e fatos de cada um. Esse é um dos raros momentos do manual em que Milton Rodrigues (1938) confronta os dados entre diferentes organizações escolares nacionais, mas ainda assim, sem apresentar os porquês das diferenças ou mudanças, apenas uma apresentação dos dados, concluindo apenas que “é quase desnecessário dizer que em todos os países em que existe essa divisão do curso elementar, este se articula com o secundário, independentemente do complementar que lhe fica assim paralelo.” (Rodrigues, 1938, p. 118)

Temos então o aceno de que em cada capítulo seguinte, teremos acesso às informações que justificam como cada país chega à sua atual estrutura de ensino. Começamos com a Inglaterra, com um histórico apresentado desde o século XI, passando por diferentes dados censitários sobre a população geral, a população em idade escolar, a fundação das principais universidades, a criação do Ministério da Educação em 1899 e diversas leis de suma importância para a então configuração da organização do ensino escolar inglês. Após o retrospecto histórico, chegamos, enfim, aos dados que servirão de base para análise proposta pelo autor: como se dá a organização e a administração do sistema inglês.



Figura 2 - Sistema Escolar da Inglaterra.

Fonte: Rodrigues (1938, p. 141).

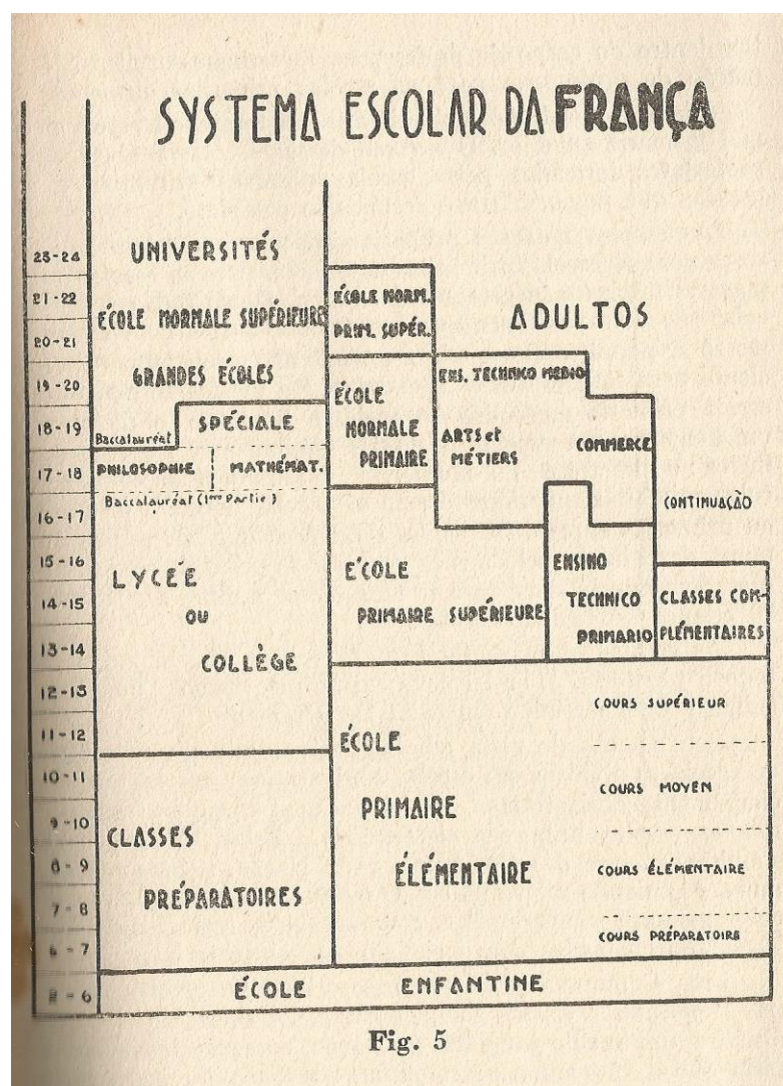
Essa figura sintetiza o que é colocado por Rodrigues (1938) nas duas páginas de descrição sobre a organização escolar inglesa, apenas em uma explanação de dados relativos à idade dos alunos, como funciona a passagem de um nível a outro, como são os exames de admissão e como se dá o ingresso na universidade, como colocado pelo autor na introdução, ele não se propõe a discutir em quais pilares essa estrutura é fundada, apresentando e justificando a partir da história nacional e dos dados coletados em uma bibliografia sobre o sistema em questão. Por fim, temos a seção que trata da estrutura administrativa educacional inglesa, trazendo um apanhado de leis e um resumo de como se dá o funcionamento do Ministério da Educação e seus conselhos e deliberações.



Sobre a França, o autor segue o mesmo caminho proposto, começando seu olhar histórico no século XVI, afirmando que Luís XIV é um dos primeiros monarcas franceses a se preocupar com a educação francesa, dedica uma quantidade significativa de páginas à Revolução Francesa e seu impacto na formação de uma identidade nacional republicana.

O pioneirismo francês é de suma importância para os sistemas educacionais europeus e para que todos os países sigam essa premissa trazida pelos ideais iluministas e que o ensino obrigatório e gratuito vá se tornando cada vez mais comum em toda Europa. O autor ainda passa pelo período Napoleônico até chegar no século XIX, quando o autor justifica ser o período em que o ensino francês chega na sua configuração atual. Na parte em que sistematiza a organização do ensino francês, o autor faz uma breve alusão à Inglaterra, colocando, pela primeira vez, dois sistemas frente a frente: “[...] A sua organização [a escola primária elementar] corresponde a do ensino primário superior em todos os países, e em particular ao que já vimos quanto a *Central School*, da Inglaterra” (Rodrigues, 1938, p. 152).



Figura 3 - Sistema Escolar da França.

Fonte: Rodrigues (1938, p. 163).

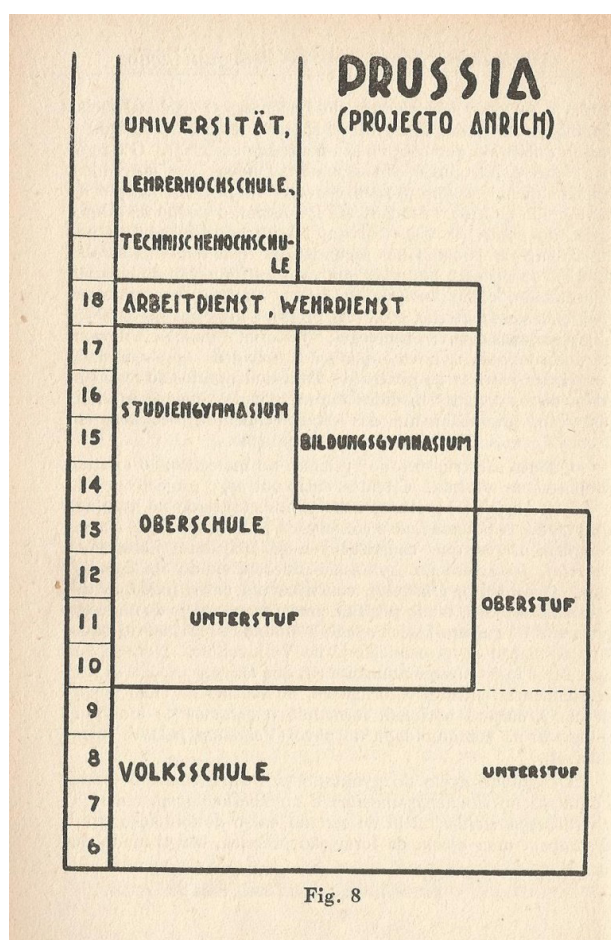
Após a apresentação do sistema acima, o autor dedicou as páginas seguintes à descrição de cada ponto, ao mesmo molde do sistema inglês. No que se refere à administração, há, no primeiro parágrafo, novamente, uma citação à Inglaterra. A rivalidade histórica entre França e Inglaterra pode explicar os motivos pelos quais os dados e sistemas dos dois países aparecem em oposição e não os outros analisados no manual. Seguindo a análise, Rodrigues (1938) apresenta os dados, número de políticos e cargos relacionados à administração do ensino francês.



A próxima nação a ser analisada é a Alemanha e o percurso histórico se inicia antes mesmo da Unificação Alemã no século XIX (1871); durante a Idade Média, ainda como Prússia, é marcada a fundação das primeiras universidades alemãs, bem como em outras nações europeias, passa pela unificação e chega ao século XX com um grande foco aos partidos socialistas, o que é curioso dado o momento pelo qual a Alemanha passava na década de 1930, com a ascensão do sistema nazista ao poder, com Adolf Hitler.

Na seção sobre a organização do ensino, o autor apresenta, diferente dos outros dois países previamente analisados, três quadros e que só apresentam a organização de ensino antes da unificação alemã, ainda como Prússia, como podemos ver a seguir:

Figura 4 - Sistema Escolar da Prússia (Projeto Anrich).



Fonte: Rodrigues, (1938, p. 192).



A Alemanha é, até agora, o único país que o autor dá um subtítulo à seção da organização: “Propostas de reorganização”. Ele argumenta que as mudanças governamentais no reino da Prússia até a unificação alemã e à chegada dos socialistas ao poder transformou muito a estrutura de ensino alemã, já que ela foi atendendo a diferentes interesses políticos e nacionais.

Vemos aqui o olhar que Rodrigues confere à Alemanha em questões relativas ao controle do Estado não só das organizações escolares, mas também a todos os níveis presentes no sistema, como alunos, professores e associações que estão dentro das escolas, refletindo que naquele momento, só pode existir um objetivo para a educação alemã: “é o objetivo político da construção da nacionalidade” (Rodrigues, 1938, p. 195), buscando uma orientação puramente profissional para, não só o ensino básico, mas também o ensino superior. A seção da administração, como os outros países, segue uma linha descritiva com números e dados sobre quais são as instâncias da política educacional alemã.

A Itália, próximo país a ser descrito, apresenta uma configuração diferente – e menor – do que todos os outros. Não há apresentação de sua história como nos anteriores, segundo Rodrigues (1938, p. 201):

O estudo da organização escolar vigente na Itália moderna, dispensa a consideração prévia da evolução histórica das suas instituições escolares, por isso que em dependência exclusiva e direta de uma doutrina já foi vista. [...] Na Itália a organização escolar atual é um produto exclusivo de uma doutrina, tendo tido origem em uma reforma radical que nada conservou no regime anterior.

Segundo o autor, isso se dá por dois motivos principais, a unificação italiana (1815-1871) e a ascensão do regime fascista, que segundo Rodrigues (1938, p. 202): “é justamente o objetivo comum [do fascismo], com seus ideais expansionistas e dominadores. Esse, também, é o objetivo da Educação”. Ele faz referências à Alemanha no capítulo dedicado à Itália, justificando essa aproximação pelas ideias governamentais nazifascistas que dominaram os dois países durante a década de 1930, mas com uma flexibilidade e controle



menores do que a Alemanha, eliminando exames de admissão e um acesso mais ampliado à educação a todos os italianos.

A parte da organização escolar volta aos moldes adotados para os países anteriores, com uma descrição de cada nível educacional com uma particularidade do sistema italiano que, segundo o autor, busca um princípio geral de constituir unidades menores e independentes, para que os percentuais de evasão diminuam e que assim, a educação tenha um aspecto mais acessível aos italianos, como podemos ver no gráfico a seguir:

Figura 5 - Sistema Escolar da Itália.

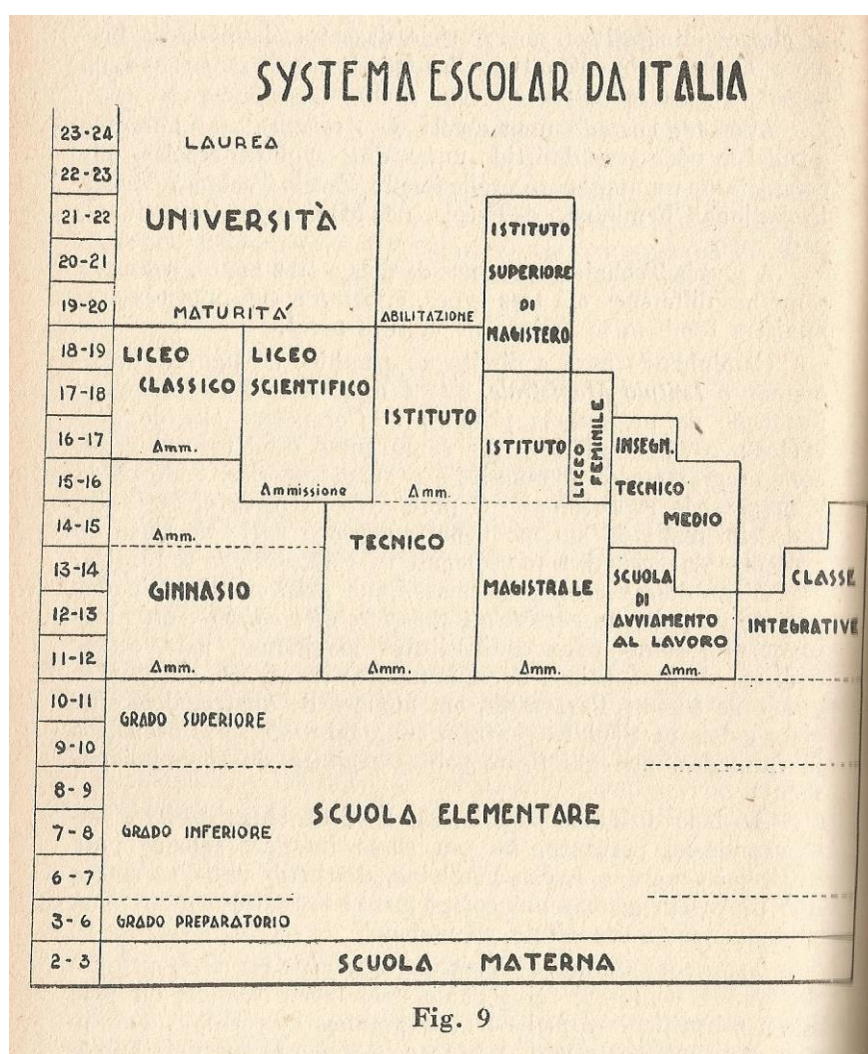


Fig. 9

Fonte: Rodrigues, (1938, p. 204).

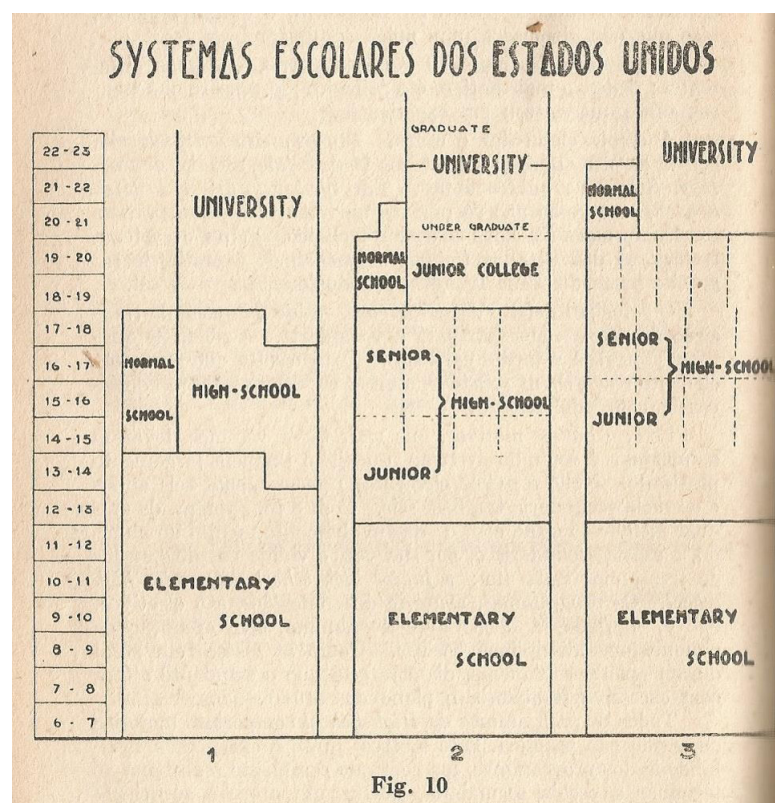


Sobre a administração escolar italiana, Rodrigues (1938) as divide em dois momentos: a administração central, com funções concentradas no Ministério da Educação Nacional, fundado em 1929 e a administração regional, como órgãos deliberativos responsáveis pela inspeção escolar.

Chegamos ao último país a ser apresentado nessa parte do manual: Os Estados Unidos. O percurso percorrido por Rodrigues (1938) é o mesmo: histórico, organização escolar e administração. O autor começa o histórico datando as primeiras leis relativas à Educação no país ainda durante o período da colonização inglesa, destacando uma lei de 1624 no Estado da Virgínia, passando pelo processo de independência e por momentos importantes, como: a primeira lei de obrigatoriedade do ensino, de 1852, do estado de Massachusetts e a criação do Ministério da Educação, em 1867, chegando até o final do século XIX, sem nenhuma menção, até aqui, ao século XX.

O gráfico que sistematiza o sistema norte-americano apresenta três variações colocadas em prática do longo da história do país:

Figura 6 - Sistema Escolar nos Estados Unidos.



Fonte: Rodrigues (1938, p. 222).



Justamente pela questão da não existência de um sistema nacional unificado, Rodrigues (1938, p. 220) chama a atenção para que o esquema apresentado acima deve ser tomado somente como “a expressão de uma tendência”, já que até mesmo os requisitos e recomendações para a obrigatoriedade do ensino variam, não só entre estados, mas até mesmo entre municípios. Sobre a administração, o autor concentra seus escritos para demonstrar e explanar como a questão da descentralização funciona, iniciando da seguinte forma:

Conforme já ficou dito, a Constituição dos Estados Federal norte-americana abandonou os negócios de educação ao poder dos estados. Estes constituem, portanto, a primeira e a maior das unidades administrativas. No entanto até hoje a alçada dos mesmos não corresponde sempre à sua posição, mercê do hábito que a tradição firmara de dar uma grande ingerência direta ao povo nas questões de ensino, o que resultou nos sistemas menores que adiante veremos e que, historicamente, foram os primeiros (Rodrigues, 1938, p. 225).

Em seguida, o autor descreve as leis e as unidades niveladoras que são responsáveis por cada passo da educação norte-americana e uma das principais referências teóricas de Milton Rodrigues aparece aqui para justificar a questão do poder dos professores na esfera política da Educação. Essa referência é Isaac Kandel (1933), teórico que, segundo Goergen (1991), buscou, em seus estudos, unir uma análise das problemáticas da Educação de cada sistema nacional e os estudos dos princípios explicativos da sociedade local.

Em um momento que o próprio Milton Rodrigues diz ser escasso de pesquisas sobre a definição e a metodologia da Educação Comparada no Brasil e no mundo, vemos o pioneirismo de Rodrigues em realizar um trabalho que se aproximará muito das principais metodologias referenciais idealizadas quase trinta anos após a publicação de seu manual. O pioneirismo de Milton Rodrigues se aproxima do que Nóvoa (2009, p. 39) categoriza como uma “perspectiva historicista”, da mesma maneira que categoriza a obra de Kandel (1933), já que é uma categoria de análise que busca “reunir informação sobre



o ensino em diferentes países; explicar as causas dos fenômenos educativos e de sua evolução” (Nóvoa, 2009, p. 39), com o objetivo de identificar quais são as principais razões sociais, econômicas e culturais que explicam como se dá a organização escolar de cada país.

Nessa perspectiva de abordagens descritivas, a estatística se apresenta como nuclear, uma vez que “um dos primeiros objetivos é o da constituição de um saber enciclopédico sobre os sistemas de ensino, o qual encontrará nos dados estatísticos, o elemento mais fácil e comparar” (Nóvoa, 2009, p. 41). Faria Filho, Neves e Caldeira (2005, p. 221) salientam que tal trabalho com os dados estatísticos na Educação não revelam uma neutralidade de análises, mas sim uma riqueza que revela que os dados estatísticos refletem o “olhar da realidade sobre si mesma”.

Educação Comparada: Orgânica e Sistemática

Em seu Prefácio, Milton Rodrigues (1938, p. xii) coloca que é necessário se desprender da ideia de que a Educação Comparada é um acúmulo de relatos de fatos educacionais e é necessário dar-lhe um caráter mais substancial e contínuo que a confira uma “contextura orgânica e sistemática.” O que seria essa organicidade e sistematização? O autor não chega a nos dar uma definição exata, mas cria caminhos para que possa compreender esse discurso.

A ideia de sistematização é trabalhada de maneira mais direta e organizada, sendo que a introdução da segunda parte traz como primeiro subtítulo: “Tendências à sistematização e nacionalização” (Rodrigues, 1938, p. 95), em que, baseado nos escritos de Kandel (1933), questiona os sistemas educacionais e suas origens, opondo ideias e fatos e colocando os dados dos diferentes sistemas nacionais em confronto. Ele classifica os sistemas da Alemanha, Itália e Inglaterra como sistemas plenamente definidos dentro da ideia de construção de nação dado pelo contexto político local naquele momento (pós 1ª Guerra Mundial, ascensão dos regimes totalitários e conflitos)



e outros, como Estados Unidos, como passíveis de uma ideia superior à de nacionalidade, envolvendo conceitos como internacionalismo e democracia.

Para fazer a análise, o autor, além de definir estes critérios para que haja uma sistematização dos países de acordo com os objetivos educacionais de cada um deles, há, ainda, a diferenciação dos termos *organizações de ensino* e *sistemas de ensino*, sendo colocado que o primeiro é o mais apropriado para análise, pois é uma noção mais vaga e permite diferentes aproximações do que é colocado dentro de um país, sendo que esse termo é mais aberto a novas tendências em educação, como sistematização, nacionalização e franquias. Justificando que essas tendências são convergentes e não excludentes, de tal modo que a nacionalização é uma condição básica para a sistematização da Educação Comparada e a tendência de se tornar uma disciplina pública e de acesso geral para que todos consigam entender e estudar os sistemas educacionais a fim de problematizar os motivos pelos quais cada nação enfrenta e busca refletir sobre suas dificuldades.

O autor colocou que, em uma análise de organizações escolares, lidaríamos com duas estruturas básicas de sistemas: a vertical e a horizontal. A estrutura vertical apresenta uma cronologia dos cursos com base na inteligência e na mentalidade dos estudantes, atendendo critérios da psicologia educacional, de uma maneira gradual e que sejam pensadas isoladamente.

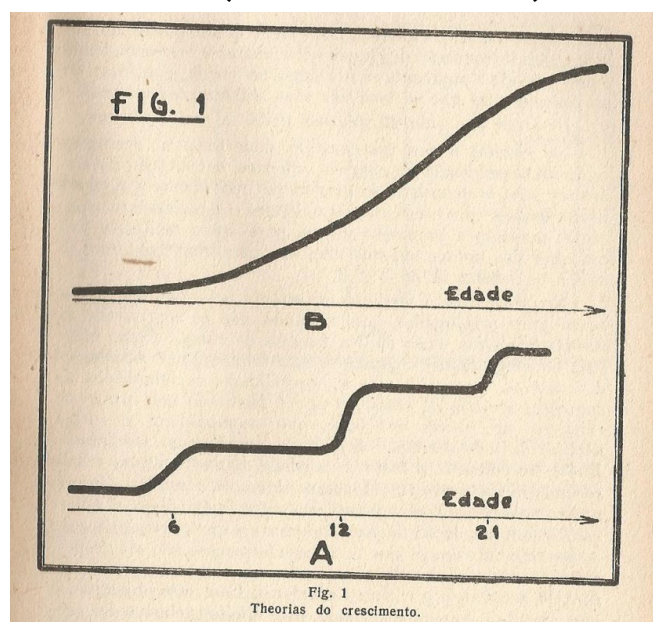
Países como Inglaterra organizam sua estrutura escolar através de exames, Alemanha e Estados Unidos buscando uma continuidade dos níveis com momentos de aprofundamento de conteúdos e leituras, a Itália busca uma divisão do ensino secundário e países de bem-estar social, como Suíça, Suécia e Noruega buscam garantir diferentes momentos de adaptação aos alunos, independente do momento da escolarização em que se encontram. Além disso, o autor reflete sobre os reais objetivos da educação dentro dos diferentes países, propondo uma reflexão na diferença entre teoria e prática: a primeira colocaria como objetivo a formação de um caráter social na educação



e a vida em sociedade a segunda, como um caráter bastante propedêutico, preparatório para o ensino superior e o mercado profissional.

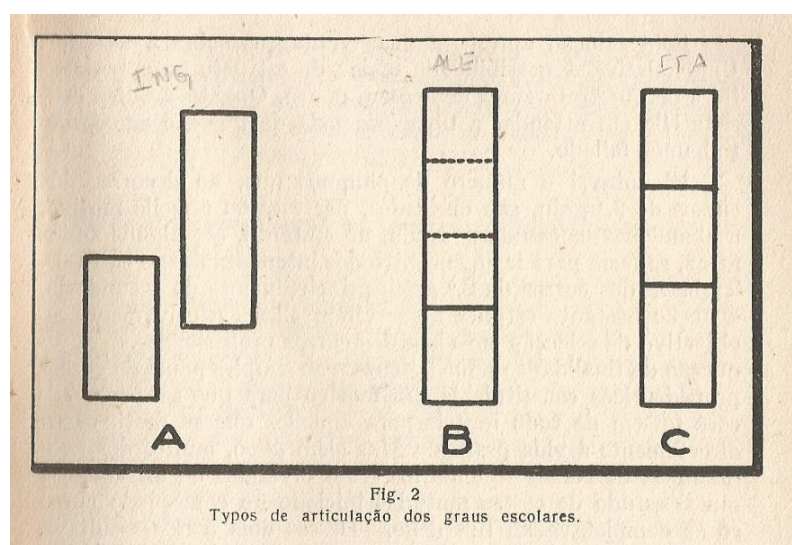
A seguir, são apresentados dois esquemas nos quais Rodrigues (1938) busca explicar como se dá a estrutura vertical e horizontal de organização do ensino nos diferentes países que ele analisa.

Figura 7 - Sistema Escolar Horizontal (Teorias do Crescimento).



Fonte: Rodrigues, (1938, p. 103).

Figura 8 - Sistema Escolar Vertical (Tipos de articulação dos graus escolares).



Fonte: Rodrigues, (1938, p. 105).



O sistema horizontal estaria baseado na ideia de que os gêneros e espécies do mesmo curso seriam concomitantes e não divididos por critérios psicológicos, mas sim a partir da busca por uma adaptação dos cursos às diferentes individualidades dos educandos, ou até mesmo diferentes opções de cursos, como o autor exemplifica no caso do Brasil, em 1931, a partir do documento: *Convênio celebrado em 1931 pela União com os diversos estados, Distrito Federal e Território do Acre para aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas*. O documento apresenta uma série de diferentes caminhos possíveis do estudante brasileiro durante o período.

A extensão e a mescla desses dois tipos de sistemas foram se dando ao longo da história das nações analisadas e foram mostrando diferentes concepções de educação, ora mirando na tendência teórica de formação crítica do cidadão e ora da visão prática propedêutica, o que resultou no quadro seguinte, em que Rodrigues (1938) esquematiza toda sua teoria numa ideia comparativa histórica das organizações escolares.

Figura 9 - Sistemas Educacionais Comparados.

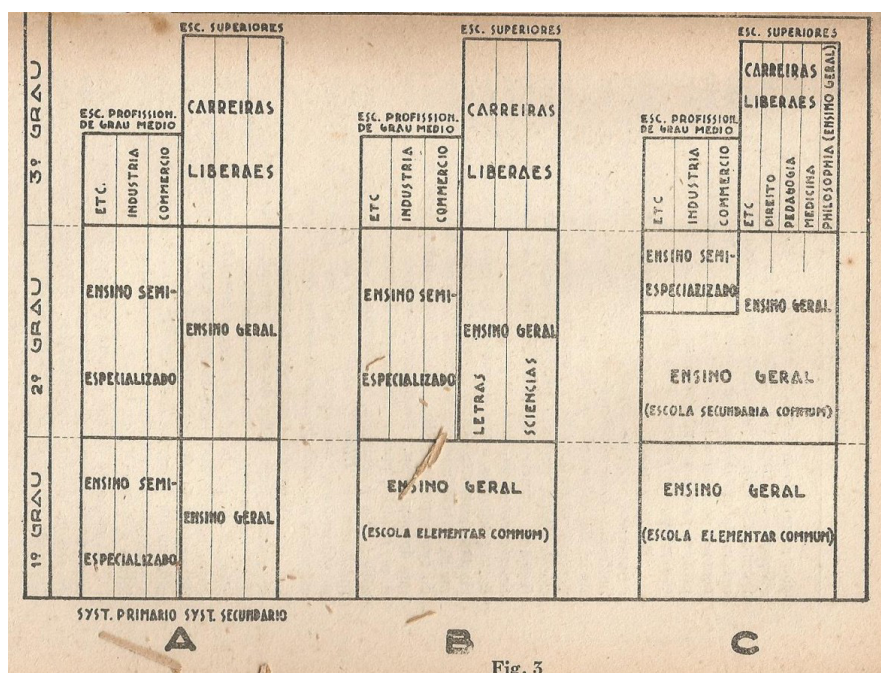


Fig. 3

Fonte: Rodrigues (1938, p. 115).



O quadro reúne um esquema que nos permite visualizar os diferentes modelos de ensino que o autor descreveu até o momento em seu manual, a discussão dos sistemas verticais e horizontais de ensino se colocam mais em relação ao 2º grau, onde a discussão se pauta no ensino geral, de caráter reflexivo e cidadão e o ensino semiespecializado, com um caráter mais propedêutico e voltado à preparação ao 3º grau, o ensino superior. Esse quadro conclusivo que reúne uma síntese dos sistemas das organizações escolares pelo mundo ao longo da história confirmam a ideia de que a Educação Comparada, segundo Rodrigues (1938), precisa ser sistematizada, precisa de uma organização dos dados e das informações para que possa ser feita uma análise detalhada de tudo que fora levantado pelo autor.

Com isso, ele propôs uma divisão das nações em dois grupos: aquelas regidas pelas normas, que tomam todas as suas decisões no âmbito político e não levam em consideração as experiências locais (França e América do Sul) e aqueles que se constroem diretrizes e sugestões, dando mais responsabilidade à escola e assim, reforçam a fiscalização da autonomia das escolas (Inglaterra, Itália, Rússia, Alemanha, Bélgica, Suíça e Holanda), mas ressalta que esse segundo modelo não demanda uma gestão mais democrática, pois há uma pesada fiscalização para saber como essas diretrizes chegam, de fato, à escola.

A Busca por Significados

Chegamos, enfim, na comparação proposta por Rodrigues (1938) dos sistemas analisados com o sistema brasileiro. A terceira parte do manual inteira é dedicada ao Brasil, dividindo-se em quatro capítulos: “Introdução – o povo e sua índole”, “Histórico e doutrinas”, “Organização atual” e “Administração federal e do estado de São Paulo”; basicamente, ele segue a mesma organização dos capítulos dedicados a outros países, mas faz um trabalho mais detalhado e específico sobre o seu próprio país.

A Introdução chama a atenção por tratar do povo brasileiro e sua índole, ponto que o autor já mostrou como importante no momento em que define a



Educação Comparada como orgânica, citando os países que são mais dispostos e modelos mais autoritários e aqueles que são mais propensos a uma noção de autonomia e responsabilidade próprias. Sobre o Brasil, ele começa nos dizendo que é um povo de difícil percepção:

Dificuldade dupla é daquele que, como nós, empreende um estudo sobre a mentalidade brasileira, os seus ideais latentes ou confessos e o que tudo isso implica para a forma e a essência da educação aqui praticada. Nenhum estudo sobre o índole de um povo prescinde de uma base concreta, constituída por estudos sociológicos sobre o meio, e esses, escassos ainda, faz tão pouco tempo que começaram a surgir que talvez ainda seja prematura qualquer tentativa de síntese, como esta; ela não poderá deixar de ser, já por este primeiro motivo, bastante subjetiva e vaga (Rodrigues, 1938, p. 233).

Outra dificuldade apontada pelo autor, é o fato de fazer parte desse povo, o que não lhe permite um afastamento total de tudo que aqui acontece; ainda, reconhece a dificuldade de unificar o termo *povo brasileiro*, devido a diversos fatores, como: as variedades regionais do Brasil devido à sua extensão territorial, as diferenças entre as classes sociais, a composição étnica do povo brasileiro e as influências europeias. Ele mesmo assim, defende que por mais que seja um povo de difícil compreensão, isso não faz dele menos interessante ou complexo e, a partir desse ponto, começa a trabalhar características históricas e, principalmente, sociais do Brasil desde sua colonização, passando pelo período imperial (1822-1889), os primeiros anos da República e a chegada à década de 1930.

Mas se o Brasil é uma criança, é uma criança precoce e robusta; não tem medo de bicho papão, nem acredita nas promessas de docinhos, isto é, é positivo e possui um bom-senso inato de que povos mais inteligentes e mais cultos não partilham. Por isso, mesmo que as suas ideias sejam, às vezes, de um radicalismo chocante, quase agressivo, na prática, na ação, ele observa uma medida bem latina, que a boêmia tropical sustenta (Rodrigues, 1938, p. 244).

Para Rodrigues (1938), essas metáforas traduzem a ideia do principal defeito do sistema escolar brasileiro na época: a ideia de um ensino como um



meio de instrução, enquanto para os europeus e norte-americanos, a escola era vista como um lugar de convivência, ou seja, o lugar onde se educa, enquanto para o Brasil, é o lugar onde se aprende. Essa oposição com os europeus e os norte-americanos é recorrente e justificada pelo autor pelo fato de que o Brasil sempre esteve mais perto dos europeus por conta de sua história do que das nações da América Latina.

Rodrigues apresentou mais indícios do porquê seu manual se estrutura do jeito que foi estruturado e também sua oposição ao meliorismo, os países apresentados anteriormente serviram como espécies de lições para que possamos entender como cada sistema se constituiu e se organizou ao longo da história e para que assim, o leitor possa se inspirar a compreender e refletir sobre o sistema educacional brasileiro e buscar um novo caminho para ele. Ao questionar e problematizar a índole do povo brasileiro como um dos fatores que diferencia o sistema nacional dos internacionais, Milton Rodrigues (1938) nos oferece uma visão hierárquica dos sistemas educacionais, o que está diretamente ligado também ao uso dos dados estatísticos, uma vez que reforçam a posição do Brasil como uma ex-colônia, ainda em processo de desenvolvimento, que necessita integrar seu sistema de ensino, com objetivos mais claros e que fosse possível se construir um sistema educacional verdadeiramente brasileiro e com identidade própria.

Ainda sobre essa relação entre os países e a “classificação” dos sistemas entre melhores ou piores com base, não só em dados estatísticos, mas também em questão de sua índole, Meyer, Ramirez e Soysal (1992), analisaram diversos dados com base em questões como urbanização, religião, independência, leis de educação obrigatória, raça e etnolinguística e justificaram tais classificações e apontaram tais entraves ao desenvolvimento e à melhoria dos países analisados por eles.

Os pesquisadores citados acima, ao buscarem uma análise que integrou os dados estatísticos com questões culturais e sociais, afirmam que o Brasil, assim como as colônias espanholas não conseguiram se desenvolver



educacionalmente durante o período colonial pelo impedimento de suas metrópoles e, em sua estrutura interna, devido às características de sua sociedade, não conseguem prosperar e figurar entre os sistemas educacionais mais desenvolvidos do mundo.

No segundo capítulo, “Histórico e doutrinas”, Rodrigues (1938) nos proporciona um panorama sobre a história da Educação brasileira, iniciando seu percurso no período colonial, com as ações da Companhia de Jesus na catequização e educação dos índios e os indicativos portugueses para a colônia, categorizada aqui com o subtítulo “Colônia”. Em seguida, no subtítulo “Reino”, o autor nos dá uma visão da Educação brasileira durante a estadia da família real no Brasil (1818-1821), com ênfase na fundação e funcionamento das primeiras Academias no país, apresentando, pela primeira vez, uma linha do tempo da história do Brasil.

Seguindo o percurso histórico proposto pelo autor, chegamos ao período imperial (1822-1889), com Rodrigues (1938) justificando os ganhos e os pontos positivos desse período para a construção de uma Educação nacional, que não mais defendia os interesses de uma metrópole. O autor destaca a aceitação do povo brasileiro à literatura, que se formava à época com o Romantismo, como um canal para a ascensão dos elementos culturais brasileiros como criador de uma identidade nacional, a partir da miscigenação.

O autor chega, enfim, ao período republicano, com início em 1889, destacando as principais reformas e criação de programas de ensino para os cursos secundários, mas o interessante é que ele trabalha somente com um período que se encerra na década de 1920, deixando os próximos anos, para um subcapítulo chamado “tendências contemporâneas”, onde ele propõe uma análise política e social dos últimos anos da república brasileira, com citações importantes de J. Veríssimo, Fernando de Azevedo e Paulo Assis Ribeiro, destacando as principais reformas desse período, a fundação da Universidade de São Paulo em 1934 o papel protagonista do estado de São Paulo na constituição atual do país.



Enfim, chegamos à parte final do manual, na qual Milton Rodrigues sistematiza a organização da administração federal e do estado de São Paulo para com a Educação. Sobre a administração federal: “o órgão supremo da administração do ensino, no país, é o *Ministério da Educação e Saúde*, criado em consequência da revolução de 1930 e ultimamente reformado em janeiro de 1937” (Rodrigues, 1938, p. 284).

Figura 10 - Sistema Escolar Brasileiro.

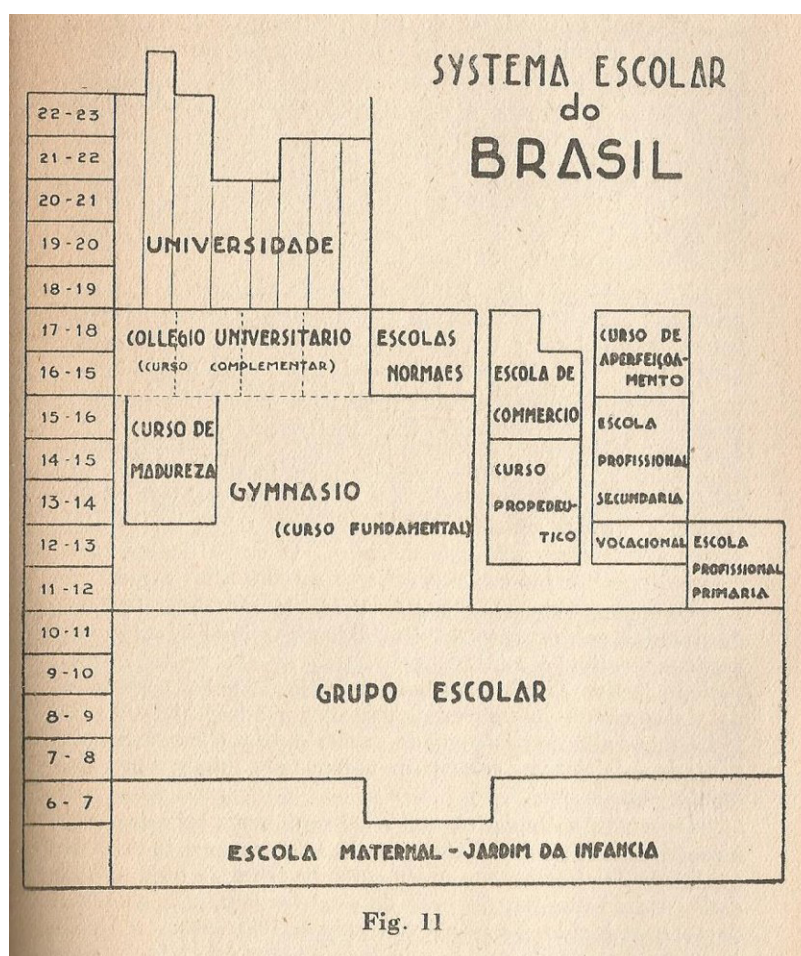


Fig. 11

Fonte: Rodrigues, (1938, p. 279).

O autor apresentou toda a organização do sistema federal, explicando todas as denominações e cargos em detalhes, todas as comissões, suas responsabilidades e deveres. Com a esfera do estado de São Paulo, segue-se a mesma linha, a apresentação da Secretaria da Educação e Saúde Pública como órgão máximo estadual responsável pela Educação, criada em 1930 e



com as seguintes seções subordinadas a ela: a reitoria da Universidade de São Paulo, a diretoria de ensino, a superintendência da educação profissional e doméstica, o departamento de educação física, o instituto de higiene, a inspetoria de higiene escolar e educação sanitária e o almoxarifado. Após essa apresentação, ao mesmo modo da esfera federal, nos é apresentada uma sistematização do ensino paulista.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o primeiro manual de Educação Comparada publicado no Brasil, *Educação Comparada: Tendências e Organizações Escolares* (1938), de Milton Camargo da Silva Rodrigues, buscando compreender seu papel na organização e na sistematização do campo no país, especialmente no contexto de sua inserção nos currículos de formação de professores na Universidade de São Paulo.

A análise do manual permitiu identificar que a obra desempenhou função relevante na constituição da Educação Comparada como disciplina escolar, ao organizar conteúdos, métodos e referências que orientavam o ensino da área. Observou-se que o manual privilegiava uma abordagem fundamentada em dados estatísticos e na descrição de sistemas educacionais nacionais, articulando-se a um movimento mais amplo de internacionalização das ideias pedagógicas e de circulação de modelos educacionais. Ao mesmo tempo, evidenciou-se a presença de elementos do código disciplinar, conforme proposto por Fernández (1997), que contribuíram para a legitimação da disciplina no âmbito da formação docente.

Os resultados indicam que o manual analisado não apenas sistematizou conhecimentos já em circulação, mas também participou ativamente da construção de uma forma específica de conceber a Educação Comparada no Brasil, marcada pela articulação entre descrição, análise e interpretação dos sistemas educacionais. Nesse sentido, a obra de Milton Camargo da Silva Rodrigues pode ser compreendida como um elemento central no processo



de institucionalização da disciplina na Universidade de São Paulo, ainda que inserida em um contexto mais amplo de consolidação do campo no país.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui ao evidenciar a importância dos manuais como fontes privilegiadas para a compreensão da constituição das disciplinas escolares, permitindo acessar não apenas prescrições oficiais, mas também práticas, discursos e formas de organização do conhecimento. Ao mobilizar o conceito de código disciplinar, foi possível aprofundar a análise das dinâmicas internas da Educação Comparada enquanto área de ensino e pesquisa.

Por fim, considera-se que a investigação abre possibilidades para estudos futuros que explorem outros manuais, autores e contextos institucionais, ampliando a compreensão sobre a formação e o desenvolvimento da Educação Comparada no Brasil. Também se mostra relevante avançar na análise das relações entre circulação internacional de ideias e processos locais de institucionalização, de modo a compreender com maior profundidade as especificidades do campo no contexto brasileiro.

Referências

BONTEMPI JUNIOR, Bruno. **A cadeira de história e filosofia da educação da USP entre os anos 40 e 60: um estudo das relações entre a vida acadêmica e a grande imprensa**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. DOI: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10655>

CERVI, Rejane de Medeiros. O significado curricular da educação comparada. **Educar**, Curitiba, n. 5, p. 33–50, jan./dez. 1986. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.057>

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177–229, 1990. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/387701504/CHERVEL-A-Historia-Das-Disciplinas-Escolares-reflexoes-Sobre-Um-Campo-de-Pesquisa>. Acesso em: 10 jan. 2026.



COSTA, Hebe. Resgatando a memória dos pioneiros: vida e obra de Milton Camargo da Silva Rodrigues (Patrono da Cad. 06). **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, São Paulo, v. 80, n. 1, p. 8–11, jan./jun. 2011.

FERNÁNDEZ, Raimundo Cuesta. **Sociogénesis de una disciplina escolar: la Historia**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1997.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; NEVES, Lia da Silva; CALDEIRA, Sandra Maria. A estatística educacional e a instrução pública no Brasil: aproximações. In: CANDEIAS, António. (org.). **Modernidade, educação e estatísticas na Ibero-América dos séculos XIX e XX**. Lisboa: EDUCA, 2005. p. 219–238.

GOERGEN, Pedro Laudinor. Educação comparada: uma disciplina atual ou obsoleta. **Pro-Posições**, Campinas, n. 6, p. 5–20, dez. 1991. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644435>. Acesso em: 10 jan. 2026.

JULLIEN DE PARIS, Marc-Antoine. **Esboço de uma obra sobre a pedagogia comparada**. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Coimbra: [s.n.], 1817.

KANDEL, Isaac. **Comparative Education**. Londres: [s.n.], 1933.

MEYER, John; RAMIREZ, Francisco; SOYSAL, Yasemin. World expansion of mass education, 1870–1980. **Sociology of Education**, [London], v. 65, n. 2, p. 128–149, abr. 1992. DOI: <https://doi.org/10.2307/2112679>

NÓVOA, António. Modelos de análise em educação comparada: o campo e o mapa. In: SOUZA, Donald Bello de; MARTÍNEZ, Silvia Alícia. **Educação comparada: rotas de além-mar**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 23–62.

RIBEIRO, José Querino. O problema fundamental da educação comparada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 60, p. 5–15, 1955.

ROBINSON, Saul. The relevance of comparative education for teacher training. **Kappa Delta Pi Record**, London, v. 8, p. 4–7, 1971. DOI: <https://doi.org/10.1080/00228958.1971.10517417>

RODRIGUES, Milton Camargo da Silva. **Educação comparada: tendências e organizações escolares**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.



SANTOS, Alexsandro do Nascimento. **Origens da Faculdade de Educação da USP: o Departamento de Educação da F.F.L.C. (1962-1969)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.48.2016.tde-05042016-133652>

SCHRIEWER, Jurgen. The method of comparison and the need for externalization: methodological criteria and sociological concepts. *In*: SCHRIEWER, J.; HOLMES, B. (org.). **Theories and methods in comparative education**. 3. ed. New York: Peter Lang, 1992. p. 25-83.



Como citar

PERIOLI JR., Eduardo. O primeiro manual de Educação Comparada do Brasil **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-37, 2026. DOI: <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.54515>.

Submetido em: 11 de janeiro de 2026

Aceito em: 23 de abril de 2026

Publicado em: 14 de julho de 2026



CRedit

Reconhecimentos:	Não se aplica
Financiamento	Não se aplica
Conflito de interesses:	O autor certifica que não tem interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética:	Não se aplica
Contribuição dos autores:	PERIOLI JR., E. declara ter realizado conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, redação - rascunho original; supervisão, validação, visualização, redação - revisão e edição.

Equipe Editorial

Editora de Seção:	Quenizia Vieira Lopes
Membro da Equipe de Produção:	Junior Peres de Araujo
Assistente de Editoração:	Martinho Gilson Cardoso Chingulo
Layout e Diagramação:	Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico

